



Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25 | CEP: 86908-280 | Apucarana - Paraná



PROJETO DE LEI Nº. 008/2023

Câmara Municipal de Apucarana

Lido na sessão do dia ____/____/____

Visto: 1º secretário _____

Súmula:- Autoriza a abertura de **Crédito Adicional de Transposição** no orçamento do Município, no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:-

L E I

- Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um **Crédito Adicional de Transposição** no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), para reforço de dotações do orçamento vigente (Lei Municipal nº. 93/2022, de 08 de novembro de 2022), como segue:-

02 – Poder Executivo	
02.015 – Secretaria de Desenvolvimento Humano	
0012.0122.0122.2015 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano	
Fonte de Recursos: 104 – Educação/25%	
(30) 331901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	1.500.000,00
(55) 331901300 – Contribuições patronais	300.000,00
TOTAL	1.800.000,00

- Art. 2º** Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão canceladas dotações de igual valor do Orçamento vigente, a saber:

12 – Autarquia Municipal de Educação de Apucarana	
12.001 – Autarquia Municipal de Educação de Apucarana	
0012.0361.0122.2123 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
Fonte de Recursos: 104 – Educação/25%	
(592) 331901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	1.800.000,00
TOTAL	1.800.000,00



**Prefeitura do Município de Apucarana**

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 26 / CEP: 88308-330 / Apucarana - Paraná



Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Município de Apucarana, em 09 de fevereiro de 2023.



Assinado eletronicamente por:
SEBASTIAO FERREIRA
MARTINS JUNIOR
878 733 340-40

Assinatura digital avançada com certificado digital não IC-Brasil

Sebastião Ferreira Martins Júnior
(Júnior da Femac)
Prefeito Municipal

Encaminhado à comissão de JUSTIÇA,
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO para emitir
parecer. / /

PRESTON

Encaminhado à comissão de EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL para emitir parecer _____/_____/_____

2016-01-01

Encaminhado à comissão de FINANÇAS,
ECONOMIA E ORÇAMENTO para emitir
parecer LL

PRESIDENT





EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Com os cumprimentos à Vossas Excelências, neste ato, o Executivo Municipal, por seu Prefeito subscrito, encaminha para deliberação o **Projeto de Lei** para autorização da abertura de *Crédito Adicional* de **R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais)**, adstrito ao exercício corrente do Município com base na estrutura retromencionada.

Destina-se o referido Crédito ao reforço das dotações orçamentárias supra assinaladas, para cobertura de despesas de *Pessoal e obrigações*, com o objetivo de aprimorar a qualidade dos serviços de *Educação*, necessário se faz o fortalecimento desta natureza, ato contínuo, este *PL* surge como instrumento de adequação ao orçamento para o desembolso da despesa obrigatória de caráter continuado, tratando-se da mesma Função de Governo (12-Educação), conforme estipulado no Art. 1º.

Notadamente, o objeto desta autorização traz a forma de remanejamento de recursos entre unidade gestoras, observado que são da mesma fonte de recursos, ou seja, utiliza-se de um expediente meramente de realocação orçamento para atender uma necessidade superveniente ao fixado na Lei Orçamentária Inicial (LOA). E, exatamente isto é o que preconiza a legislação orçamentária dos *Créditos Adicionais*¹: Atua como fundamental mecanismo no curso orçamentário, por possuir em sua célula o mecanismo do ajuste e da readequação, promovendo a inteligência do equilíbrio orçamentário no fluxo de sua execução, posicionando-se assim, como uma “Lei de Meios”.

Ainda, sob o suporte legal dispõe que, na LOA, poderá conter autorização para a abertura de créditos adicionais, conforme prevê o Art. 42º, da Lei Federal nº 4.320/64², bem como o §8º do art. 165 da Constituição da República³. Ademais, conforme exposição mencionada e sob a óptica legal, o *Executivo Municipal*, vem perante os Representantes do Legislativo Municipal, solicitar após deliberação, a **efetivação desta Propositura em Lei**.

¹ Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

² Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

³ Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

